



RELATÓRIO E CONTAS **2022**

Mafra, 23 de março de 2023

X

h.

GIATUL – ATIVIDADES LÚDICAS, INFRAESTRUTURAS E RODOVIAS, E.M., S.A.

NEM – Avenida Dr. Francisco Sá Carneiro 2640-486 Mafra

Capital Social: 900.000 euros

Contribuinte: 506 874 915

ÓRGÃOS SOCIAIS

MESA DA ASSEMBLEIA-GERAL

PRESIDENTE – Pedro António do Carmo Silva

SECRETÁRIO – Emanuel Salreu Martinho

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

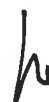
PRESIDENTE – Hélder António Guerra de Sousa Silva

VOGAL – Hugo Manuel Moreira Luís

VOGAL – Aldevina Maria Machado Rodrigues

FISCAL ÚNICO – Macedo, Caldas & Bento SROC

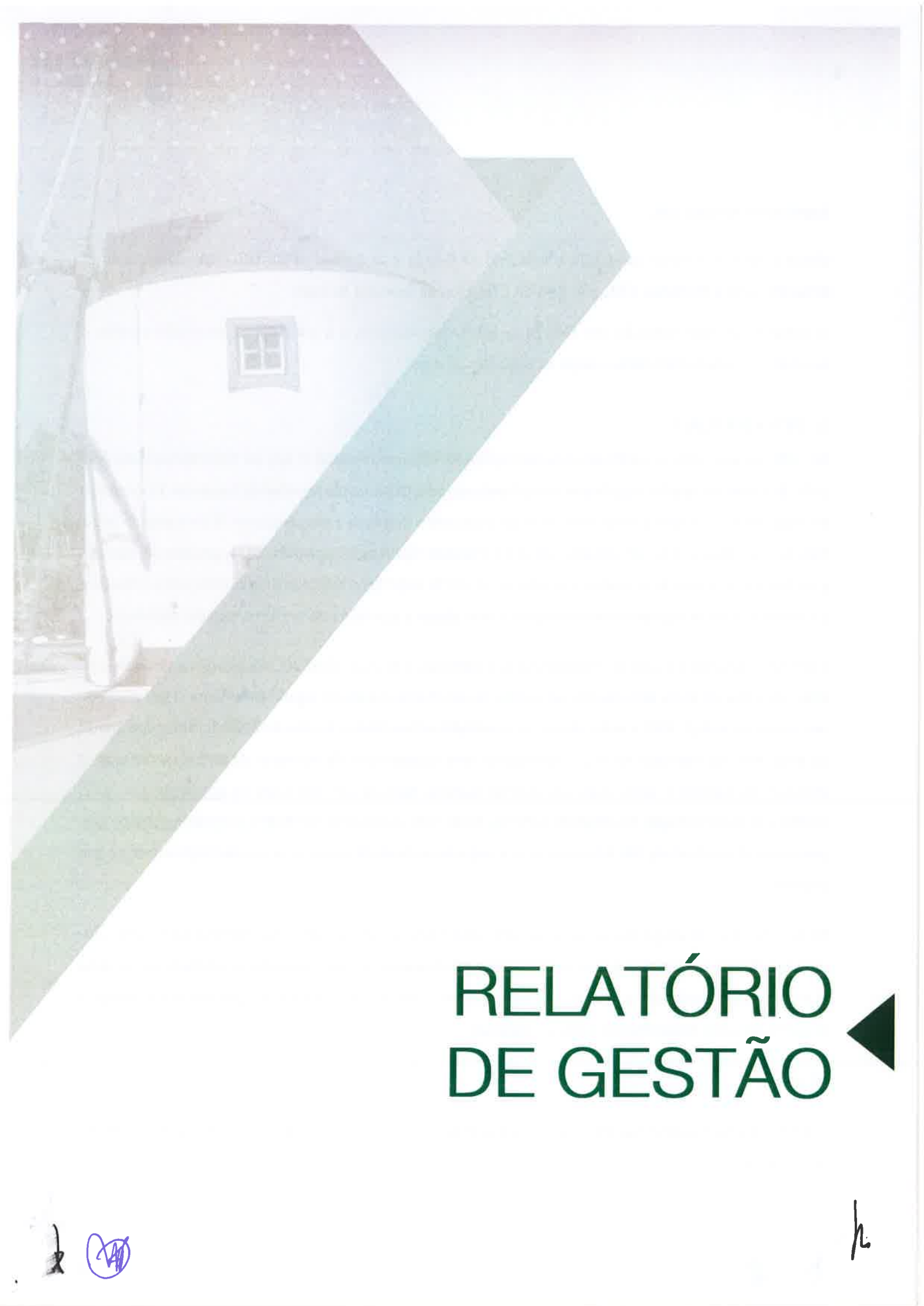
SUPLENTE – Maria José Nogueira de Albuquerque Vaz Caldas

A handwritten signature in blue ink, appearing to be "J. Silva".A handwritten signature in blue ink, appearing to be "h".

ÍNDICE

I. RELATÓRIO DE GESTÃO	5
II. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	22
III. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRA	27
IV. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS	53
IV. RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO	58

A handwritten signature in black ink, appearing to be a stylized 'A' or 'L'.A handwritten signature in black ink, appearing to be a stylized 'h' or 'i'.



RELATÓRIO DE GESTÃO



Senhores Acionistas,

Vimos submeter à Vossa apreciação o Relatório de Gestão e as Contas da GIATUL – Atividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, E.M., S.A. (GIATUL), relativas ao exercício de 2022.

O Conselho de Administração, em referência aos factos ocorridos e à atividade desenvolvida durante o exercício, considera importante realçar os seguintes aspetos:

1. INTRODUÇÃO

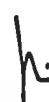
Nos últimos anos têm-se verificado acontecimentos de impacto mundial. O ano de 2020 foi marcado pelo surto do Covid-19, que foi classificado como Pandemia pela Organização Mundial da Saúde em 11 de março de 2020. Afetou também o nosso País, onde foi declarado o Estado de Emergência em 18 de março de 2020. Este surto continuou a ter um impacto social e económico muito significativo em 2021, gerando um elevado grau de incerteza para as empresas e entidades. O ano de 2022 ficou marcado pelo conflito entre a Rússia e a Ucrânia, que é um acontecimento relevante a nível global e que tem tido um forte impacto económico.

A GIATUL – Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, E.M., S.A. (GIATUL), nos primeiros seis meses de 2020, viu a sua atividade afetada pela pandemia, tendo mesmo diminuído significativamente, a sua atividade nos meses de março, abril e maio. Assim, os resultados apresentados no ano de 2020, foram muito abaixo do esperado. No exercício de 2021, verificou-se uma recuperação da atividade da empresa, contudo, a atividade de turismo e lazer, ainda apresentou quebras, face ao período antes da pandemia. Em 2022, verificou-se a recuperação da atividade turística, tendo sido alcançados resultados ao nível do período pré-pandemia. Já na atividade das infraestruturas e rodovias a atividade apresentou um decréscimo face ao ano anterior.

Mantendo uma estratégia que procura garantir uma maior sustentabilidade da empresa, bem como uma melhor agilidade operacional, é com prudência que este Conselho de Administração tem optado por medidas que pretendem minimizar o impacto do atual contexto internacional, tendo sempre em consideração o exigente contexto económico e financeiro nacional.

Historial

A GIATUL é uma empresa municipal de capitais totalmente públicos constituída, nos termos da Lei nº 58/98, de 18 de agosto.

A handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized 'A' followed by a circular flourish.A handwritten signature in black ink, consisting of a stylized 'h' followed by a horizontal line.

Foi constituída em junho de 2004 com o capital social de 500.000€, pelos acionistas Município de Maфра, com 80%, e a Orbitur – Intercâmbio de Turismo, S.A., com 20% do referido capital.

Em março de 2005, o parceiro Orbitur, S.A., cedeu a sua posição de acionista à empresa Bluematrix – Actividades Turísticas, Lda.

Em março de 2008, a Bluematrix, Lda., cedeu a sua posição societária à empresa Imoestrela – Sociedade de Investimentos da Serra da Estrela, S.A.

Em agosto de 2010, a Imoestrela, S.A., cedeu a sua posição societária à empresa Pavimaфра – Infraestruturas e Rodovias, E.M., S.A.

Em 10 de abril de 2012, por deliberação da Assembleia Municipal de 27 de fevereiro de 2012, procedeu-se à fusão por incorporação da Pavimaфра – Infraestruturas e Rodovias E.M., S.A., tendo sido transferido todo o património desta, com todos os seus elementos ativos e passivos, direitos e obrigações.

A sociedade incorporante alterou a firma para “GIATUL – Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, E.M., S.A.” e o capital social da empresa passou a ser de 900.000€, totalmente detidos pelo Município de Maфра.

Em 2022, verificou-se ainda a entrada em vigor do atual Contrato Programa com o único Acionista, a Câmara Municipal de Maфра, que veio estabelecer a missão e os objetivos a prosseguir pela GIATUL, para os anos de 2022 a 2025, de acordo com as orientações estratégicas estabelecidas pelo Município.

O fundamento de necessidade do estabelecimento do mencionado contrato alicerça-se:

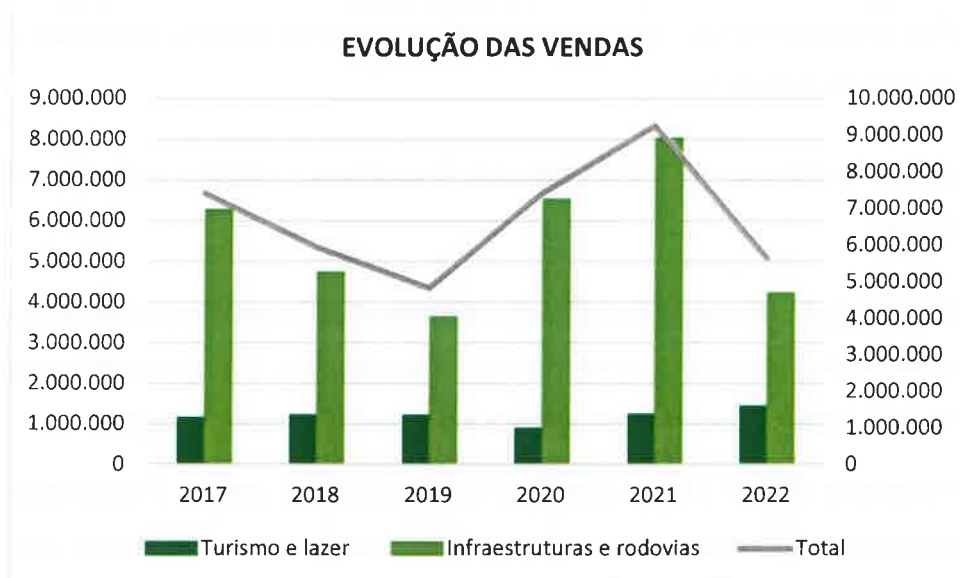
- i) Na correta avaliação da situação das atividades pela GIATUL, com o adequado levantamento das necessidades de intervenção, assim como da sua quantificação;
- ii) No conhecimento e experiência adquiridos pela GIATUL no exercício das suas funções conforme objeto social, que permite realizar as atividades com prontidão e qualidade de serviço dentro do quadro de urgência e imprevisibilidade que as solicitações do Município exigem, conjugando essa operacionalidade com uma preocupação de racionalização de custos e de rentabilização das potencialidades dos recursos humanos e materiais existentes.




2. EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE

A atividade da GIATUL é desenvolvida em duas áreas:

- Turismo e lazer (Ericeira Camping);
- Infraestruturas e rodovias.



O volume de negócios da GIATUL, em 2022, apresenta uma diminuição face ao ano anterior. A diminuição verifica-se na área das infraestruturas e rodovias, uma vez que, na área do turismo e lazer, conseguiu alcançar valores superiores aos verificados antes da pandemia, apresentando assim um crescimento bastante acentuado.

No turismo e lazer registou-se um aumento dos rendimentos na ordem dos 200.645€, que corresponde a um acréscimo de 23%, face ao ano anterior. Este acréscimo está diretamente relacionado com a retoma de diversos eventos que tinham sido suspensos devido à pandemia, como é exemplo o *Sumol Summer Fest*, bem como com o aumento generalizado da procura deste tipo de serviços. Assim, ao analisar as vendas e serviços prestados desta atividade, pode-se verificar que o ano de 2022 apresentou melhores resultados que o ano de 2021, e que estes são superiores aos alcançados antes da pandemia.

Nas infraestruturas e rodovias, verificou-se uma diminuição nos rendimentos de 3.802.494€. As vendas e serviços prestados nesta área estão relacionados com as necessidades do Município. Em 2021, esta atividade verificou um acréscimo significativo, como resultado da estratégia municipal, que visava dotar o Município com melhores redes viárias. Em 2022, como consequência das incertezas vividas no contexto internacional e a expectativa de uma crise económica generalizada, a estratégia do Município passou pela contenção dos custos, optando por fazer apenas as intervenções necessárias para manter a qualidade da rede viária.

Para algumas das intervenções na rede viária, a GIATUL recorre a subcontratação de empreitadas. Tendo se verificado uma redução significativa nesta atividade, também se verificou uma redução na subcontratação, levando assim a uma diminuição dos fornecimentos e serviços externo.

No que se refere ao trabalho administrativo, o exercício de 2022 caracterizou-se por um ano de elevada exigência para dar cumprimento ao Código dos Contratos Públicos, tendo sido desenvolvidos 1.152 procedimentos de contratação pública.

Atividade de Turismo e Lazer

Para o Município, o sector do turismo é um dos vetores estratégicos para um desenvolvimento sustentado, constituindo o Ericeira Camping como um dos motores, nomeadamente pela importância que assume como infraestrutura de suporte a um conjunto de iniciativas e eventos emblemáticos para promoção do Concelho de Mafra.

O modelo de exploração do Ericeira Camping visa promover o Concelho de Mafra, enquanto destino turístico, quer em Portugal, quer no estrangeiro, potenciando a capacidade de atrair novos visitantes, com consequentes impactos para o comércio e indústria de serviços local.

Neste sentido e procurando responder às necessidades do mercado, o Ericeira Camping, em 2022, oferecia um serviço único e diferenciado, pelo facto de dispor de um conjunto de infraestruturas que não são muito frequentes nos Parques de Campismo em Portugal, dos quais destacamos:

- Alvéolos para campismo – 1.600 unidades
- Mobile homes – 79 unidades
- Espaços para autocaravanas e caravanas – 120 unidades
- Bungalows – 18 unidades – 98 camas
- Teepees – 20 unidades – 40 camas

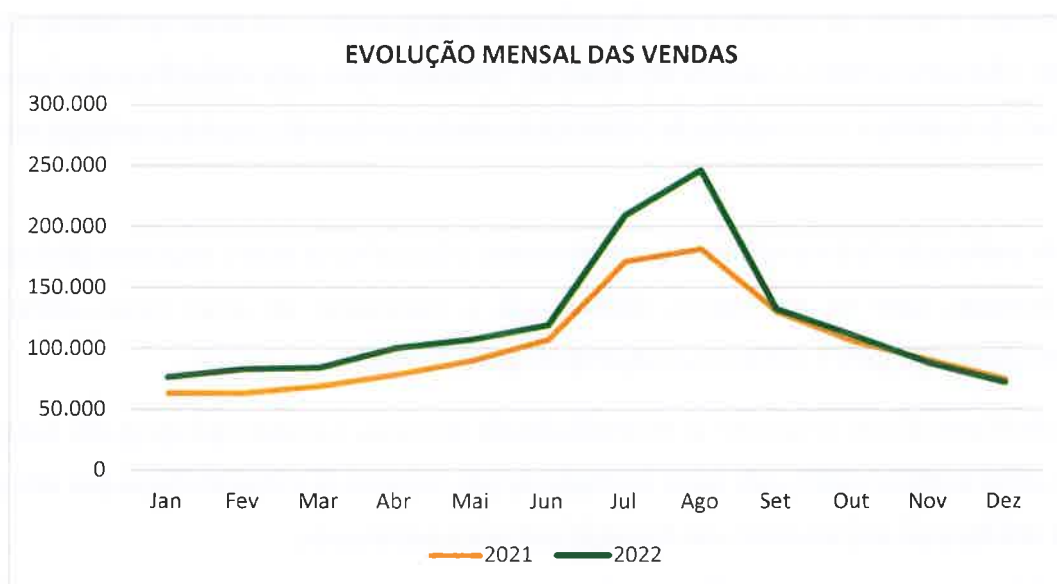
Para além das características internas deste equipamento, a envolvente externa do parque dispõe de valências e recursos naturais, que permitem oferecer uma experiência diferenciadora.

No mercado nacional, o Ericeira Camping ocupa um lugar de destaque ao nível da qualidade proporcionada pelas suas infraestruturas. A área reservada ao parqueamento de autocaravanas tem condições únicas em Portugal e está ao nível das melhores existentes na Europa.

Em Portugal, a totalidade da oferta diária instalada para campismo é de cerca de 182.000 utentes, tendo o Ericeira Camping, em 2022, uma capacidade para 1.600 campistas, representando cerca de 4% da oferta na Área Metropolitana de Lisboa, onde existe um total de 37.500 lugares de campismo.

No que respeita à relação de área por campista, a média nacional é de 6,33 m², apresentando o Ericeira Camping uma área de 10,55 m², facto que o diferenciava quando comparado com alguns concorrentes, como por exemplo, a AML que tem uma área disponível, em momento de lotação máxima de 5,82 m², por campista.

Como já foi referido, os últimos anos têm sido anos muito exigentes para a área do turismo e lazer, uma vez que foi uma das áreas mais afetadas pela pandemia. Verificou-se o cancelamento de diversos eventos, como é exemplo o *Sumol Summer Fest*, entre outros. Em 2022 o Ericeira Camping conseguiu retomar a sua atividade em pleno.

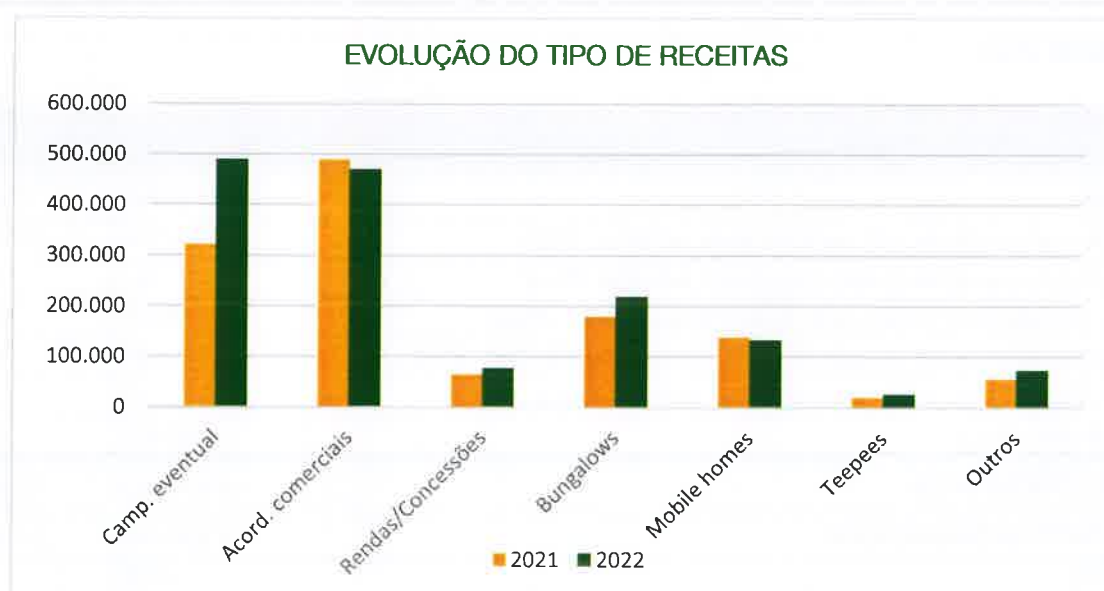


As vendas e serviços prestados desta atividade verificaram um aumento em 2022, esta variação verificou-se desde os primeiros meses do ano, mas a diferença mais acentuada verifica-se nos meses de verão. Em julho voltou a acontecer o *Sumol Summer Fest*, e ao longo de todo o ano verificou-se um aumento generalizado da procura de serviços na área do turismo e lazer.

Nacionalidade	2021		2022		%Var.	
	Pessoas	Noites	Pessoas	Noites	Pessoas	Noites
PORTUGUESA	14 600	44 418	15 067	40 720	3%	-8%
ALEMÃ	3 472	12 618	6 777	24 410	95%	93%
FRANCESA	1 176	3 506	2 395	7 466	104%	113%
ESPAÑHOLA	2 430	7 837	3 385	10 504	39%	34%
PAISES BAIXOS	950	3 538	2 057	7 224	117%	104%
REINO UNIDO	402	1 578	908	3 178	126%	101%
ITALIANA	505	2 258	928	2 855	84%	26%
BELGA	532	1 889	680	2 166	28%	15%
SUIÇA	814	2 588	1 234	4 173	52%	61%
AUSTRALIANA	94	386	189	674	101%	75%
OUTROS	2 577	8 998	5 714	17 636	122%	96%
UTENTES ESTRANGEIROS	12 952	45 196	24 267	80 286	87%	78%
TOTAL GERAL	27 552	89 614	39 334	121 006	43%	35%

A evolução dos utilizadores por nacionalidades (utentes e noites) demonstra a retoma existente no sector do turismo, sendo o aumento dos utentes estrangeiros mais significativo que o aumento dos utentes nacionais.

Em termos de repartição por mercados, em 2022 assistiu-se a uma maior procura do mercado externo face ao interno. O mercado externo representa 66,35% das dormidas. Este resultado em 2022, é demonstrativo do nível de qualidade do parque, na medida em que por norma, o utente estrangeiro com maior capacidade de compra, torna-se mais seletivo e exigente.



Como já foi referido, em 2022 registou-se um aumento dos rendimentos na ordem dos 200.645€, sendo um crescimento de 22,76%. Os tipos de receitas com maior crescimento em 2022 foram o campismo eventual (52%), os bungalows (22%) e as rendas/concessões (19%).

Atividade de Infraestruturas e Rodovias

Em 2022, a atividade de infraestruturas e rodovias verificou um decréscimo, como resultado da estratégia municipal. Como consequência das incertezas vividas no contexto internacional e a expectativa de uma crise económica generalizada, a estratégia do Município passou pela contenção dos custos, optando por fazer apenas as intervenções necessárias para manter a qualidade da rede viária.

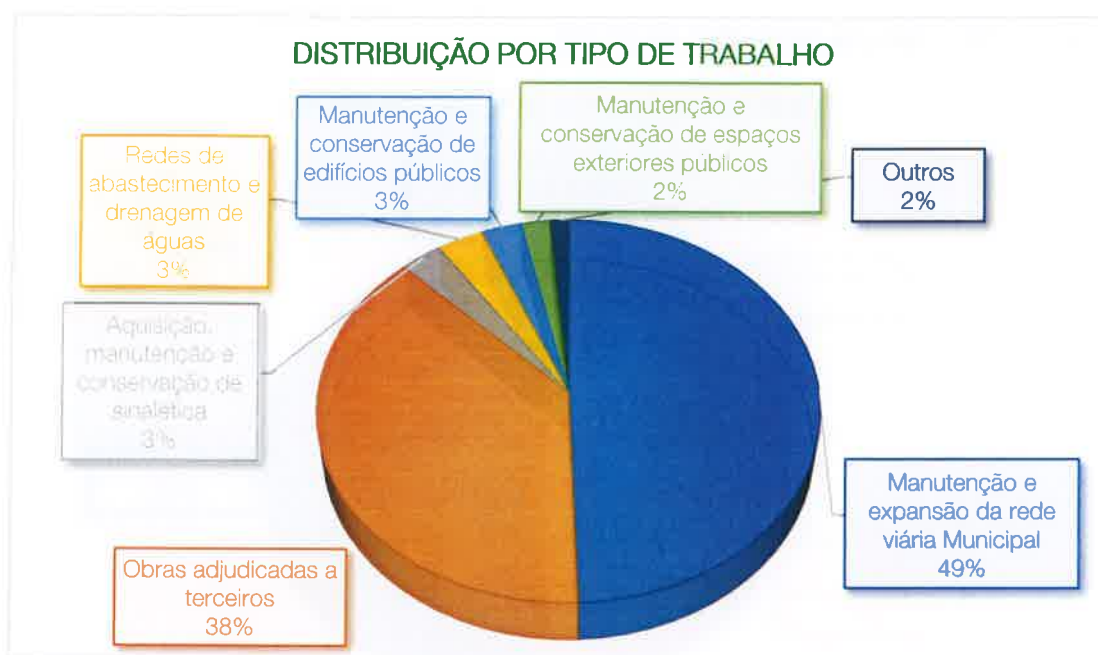
Em 2020 foram, pelo primeiro ano, assinados os contratos com a Câmara Municipal de Mafra, que estipulam os trabalhos a desenvolver pela GIATUL em 5 áreas. Os contratos assinados foram os seguintes:

- Contrato de aquisição de serviços de manutenção e expansão da rede viária Municipal;
- Contrato de aquisição de serviços de manutenção e conservação de edifícios públicos;
- Contrato de aquisição de serviços de manutenção e conservação de espaços exteriores públicos e de prédios rústicos e urbanos não edificadas, propriedade do Município;
- Contrato de aquisição de serviços de fornecimento, de manutenção e de conservação da sinalética e dos equipamentos de apoio ao transporte público coletivo rodoviário de passageiros; e
- Contrato de aquisição de serviços vários a executar nas redes de abastecimento de água e drenagem de águas residuais e pluviais do Município de Mafra.

Em seguida apresenta-se o valor dos rendimentos por tipo de trabalho, bem como a sua execução face ao orçamento de 2022.

Em euros

Tipo de trabalho	2021	2022
Empreitadas	4 712 745	1 609 844
Manutenção e expansão da rede viária Municipal (administ. direta)	2 290 274	2 083 579
Manutenção e conservação de edifícios públicos (administ. direta)	201 540	119 479
Aquisição, manutenção e conservação de sinalética (administ. direta)	225 031	124 303
Manutenção e conservação de espaços exteriores públicos (administ. direta)	106 464	85 480
Redes de abastecimento e drenagem de águas (administ. direta)	149 368	139 213
Outros (administ. direta)	338 652	59 684
TOTAL DE RENDIMENTOS	8 024 075	4 221 581
RENDIMENTOS ORÇAMENTADOS	6 996 086	5 730 000
EXECUÇÃO	115%	74%



Obras adjudicadas a terceiros

Em 2022 foram adjudicadas cerca de 12 empreitadas, tendo sido pavimentados cerca de 13,2 km e executados cerca de 818 m² de via de circulação pedonal.

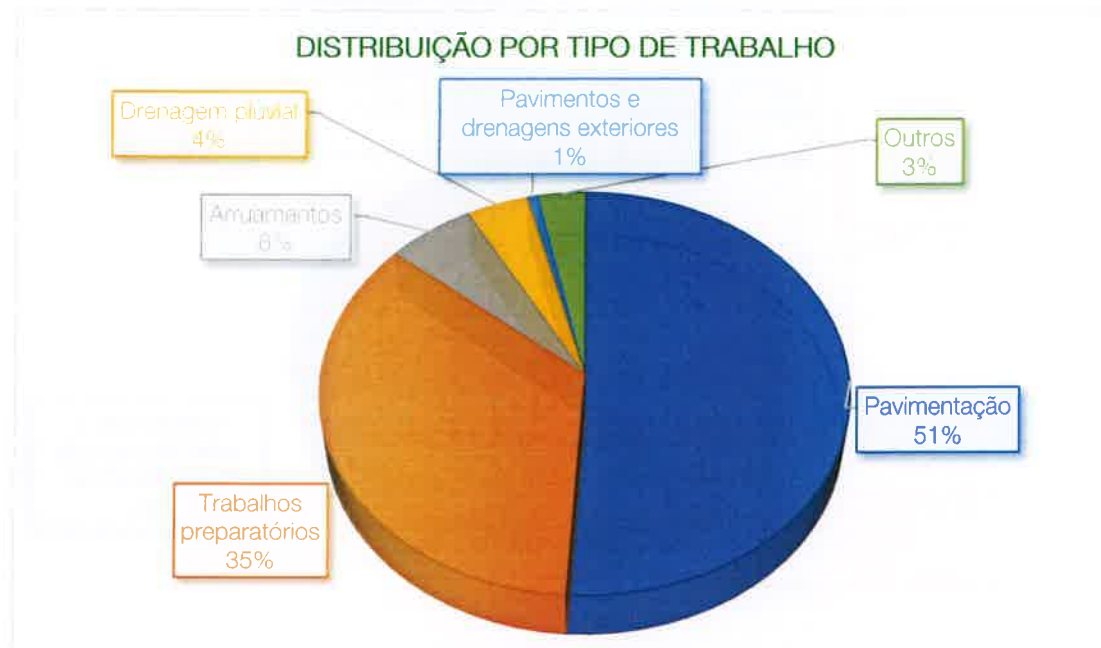
As principais obras desenvolvidas foram:

- Pavimentação da Estrada Municipal Nº 551 entre o Sobral da Abelheira e o Livramento
- Repavimentação da estrada entre Rogel - Portela – Avessada
- Repavimentação do CM 1185-1 - Vale da Guarda
- Construção de via pedonal entre Marvão e Ribamar
- Repavimentação de um troço da EM 620 entre a Póvoa e os Casais de Monte Bom
- Repavimentação de um troço da EM 549 entre a ER247 e a Senhora do Ó

(Assinatura)

(Assinatura)

Manutenção e expansão da rede viária Municipal



Na área da manutenção e expansão da rede viária Municipal, o tipo de intervenção com maior peso são as relacionadas com a pavimentação, que representa 51% do trabalho desenvolvido. Em seguida, apresentam-se os trabalhos preparatórios, com 35%. Neste último estão incluídos trabalhos, como por exemplo, ceifas, varredura mecânica, varredura manual, limpeza de bermas, valetas e sumidouros, entre outros.

De referir que durante o exercício de 2022 foram pavimentados 13,8 km, e foram executadas ceifas, conservação de valetas, aquedutos e sumidouros em 346,8 km.

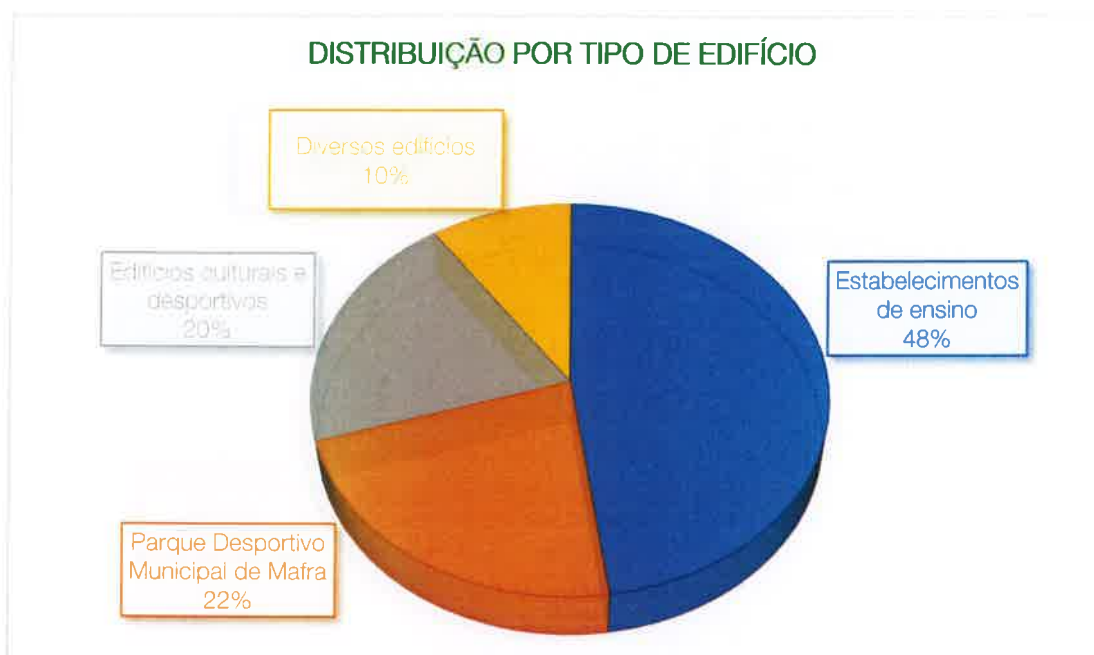
Os principais trabalhos desenvolvidos em 2022 foram:

- Pavimentação de arruamentos em Livramento, Vermoeira e Bandalhoeira (3,7 Km de extensão)
- Pavimentação de arruamentos em Milharado, Póvoa da Galega, Vila de Canas e Sobreira (2,20 Km de extensão)
- Pavimentação de arruamentos em Charneca, Venda do Pinheiro (1,7 Km de extensão)
- Pavimentação do Caminho da Mata Grande (1,4 Km de extensão)
- Pavimentação de arruamentos em Malveira (1,0 Km de extensão)
- Pavimentação de arruamentos em Sobral da Abelheira (0,7 Km de extensão)
- Pavimentação de arruamento em Talefe, Encarnação (0,6 Km de extensão)

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Manutenção e conservação de edifícios públicos



Os estabelecimentos de ensino são aqueles onde ocorreram o maior número de intervenções, perfazendo cerca de 48%, seguido do Parque Desportivo Municipal, com cerca de 22% e dos edifícios culturais e desportivos, com cerca de 20%.

Nos estabelecimentos de ensino, foram efetuadas intervenções em 29 estabelecimentos, sendo a EB da Venda do Pinheiro, a EB2/3 da Malveira, a EB1 Hélia Correia e a EB1 da Malveira, as que apresentaram intervenções com custos mais elevados.

No que respeita aos edifícios culturais e desportivos, cerca de 90% dos trabalhos, foram desenvolvidos nas piscinas do Concelho, destacando-se as intervenções na piscina da Ericeira, da Encarnação e da Venda do Pinheiro.

Já no Parque Desportivo Municipal, foram desenvolvidos trabalhos em diversos espaços, nomeadamente nos espaços exteriores, piscinas, pavilhão, estádio, ginásio, entre outros.

É de realçar que se tem vindo a executar trabalhos de maior dimensão, nestas instalações, dadas as competências das equipas BIR (brigadas de intervenção rápida) e com isso tem sido dada preferência aos trabalhos por administração direta em detrimento da contratação externa.

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Aquisição, manutenção e conservação de sinalética

Os trabalhos relacionados com aquisição de serviços de fornecimento, de manutenção e de conservação da sinalética e dos equipamentos de apoio ao transporte público coletivo rodoviários de passageiros foram desenvolvidos nas 11 freguesias do Concelho. Nas freguesias de Mafra, Santo Isidoro, Igreja Nova e Cheleiros Ericeira, foi onde se desenvolveu o maior número de trabalhos.

De referir que durante o ano de 2022 foram colocados/substituídos mais de 580 sinais verticais. Neste âmbito, também se tem vindo a realizar a recuperação de diversos abrigos de passageiros, dispostos por todo o Concelho, tendo-se intervencionado cerca de 20 abrigo.



Manutenção e conservação de espaços exteriores públicos



Dos trabalhos desenvolvidos nos espaços exteriores públicos, 11% foram realizados em espaços de jogo e recreio. Estes trabalhos foram efetuados nas 11 freguesias do Concelho, sendo que 35% dos trabalhos foram realizados em parques infantis. Nesta rubrica, destaca-se ainda a intervenção no Parque Ecológico e Intermodal da Venda do Pinheiro e no Parque da Santa Marta na Ericeira.

Os restantes trabalhos nos espaços exteriores foram desenvolvidos também nas 11 freguesias do Conselho, apresentado algum destaque a freguesia do Milharado, Mafra, Ericeira e Carvoeira.

[Handwritten signature]

hi

Redes de abastecimento e drenagem de águas



No que diz respeito aos serviços executados nas redes de abastecimento de água e drenagem de águas residuais e pluviais do Município de Mafra, pode-se verificar que os trabalhos desenvolvidos, são quase na totalidade, na área de reposição de pavimento betuminoso. Em 2022 foram repostos cerca de 4.115 m² de pavimento betuminoso.

Outros

Na rubrica de outros, encontram-se contemplados proveitos relacionados com:

- Venda de massas asfálticas; e
- Reposição de pavimento betuminoso a particulares

[Handwritten signature]

[Handwritten mark]

3. SITUAÇÃO ECONÓMICA – FINANCEIRA

A situação económico-financeira da empresa, caracteriza-se pelos seguintes indicadores:

Indicadores	Rácio	2021	2022
Liquidez Geral	Ativo Circulante / Passivo Circulante	79,58%	73,54%
Cobertura do Imobilizado	Capitais Próprios+Div a Terc. M/L Prazo / Imobilizado	95,69%	96,57%
Solvabilidade	Ativo Líquido / Passivo	241,74%	297,25%
Autonomia Financeira	Cap. Próprios Totais / Ativo Líquido Total	58,63%	66,36%
Rendibilidade	Res Operac+Amort+Prov+Enc Finac / Act Liq Total	10,98%	12,01%
Volume de Negócios		9 254 588	5 652 739
Resultado Líquido		96 387	107 195

Dada a retoma de atividade de turismo e lazer verificada durante o exercício de 2022, a GIATUL apresenta uma melhoria em todos os seus indicadores, tendo conseguido alcançar um resultado positivo de 107.195€.

4. INVESTIMENTOS REALIZADOS

Os investimentos realizados no exercício de 2022, foram os seguintes:

Em euros

	Investimento	Desinvestimento
Ativos fixos tangíveis		
Equipamento de transporte	19 106	
Equipamento administrativo	10 266	
Ativos intangíveis		
Programas de computador	30 406	
TOTAL	59 778	0

5. PERSPECTIVAS FUTURAS

Com o atual panorama verificado em Portugal, que apresenta um elevado grau de incerteza para as empresas e entidades, e que apontam para um ano de 2023 com continuação da mesma incerteza, torna-se difícil prever a evolução da atividade da empresa.

Os valores aprovados no Plano de Atividades e Orçamento para 2023, foram estimados numa perspetiva que se considera prudente, em virtude da grande volatilidade económica e financeira atual.

Apesar da atual instabilidade económica e social, perspetiva-se que a situação financeira da empresa possa continuar equilibrada no futuro. O conflito entre a Rússia e a Ucrânia continua a ser um acontecimento relevante a nível global, mas o Conselho de Administração não prevê que possa influenciar materialmente a situação financeira futura.

h:

Em 2023, apesar da remodelação que se prevê efetuar no parque de campismo, não se prevê que a mesma tenha impacto significativo no desempenho da atividade da GIATUL.

A Câmara Municipal de Mafra deliberou, a 6 de janeiro de 2023, por unanimidade, criar um equipamento fundamental para o bem-estar da comunidade – o Parque Verde Urbano da Ericeira –, procedendo à desafetação de parte da área do Parque de Campismo, único terreno de que o Município dispõe na proximidade da malha urbana consolidada da vila que, para além de um contínuo arbóreo que proporciona sombras, tem capacidade para instalação de variados equipamentos desportivos e de recreio.

Ao mesmo tempo, num território distinguido como Destino Turístico Sustentável e como Reserva Mundial de Surf, pretende-se investir na qualificação das infraestruturas do Parque de Campismo, com a realização das necessárias obras de beneficiação e renovação da área que continuará afeta ao Parque de Campismo, procedendo-se também à reorganização dos espaços.

6. OUTRAS INFORMAÇÕES

Não existem dívidas em mora à Autoridade Tributária, Segurança Social, Caixa Geral de Aposentação e ADSE.

Não ocorreram negócios entre a sociedade e qualquer um dos seus administradores. A sociedade não possui sucursais e não existem ações próprias.

Não há instrumentos financeiros complexos, nem existem riscos relevantes relacionados com financiamentos, dado que a sociedade tem uma estrutura financeira equilibrada e tem sempre cumprido com as suas obrigações. O valor de 418.777€ que se encontra na rubrica de caixa e depósitos à ordem a 31/12/2022 é quase na sua totalidade depósitos à ordem. Em caixa apenas existem 2.920€.

Por prudência contabilística, em 2022 foram reconhecidas perdas no valor de 66.335€ por imparidades. Deste valor 24.923€, são referentes a receitas arrecadadas, cuja responsabilidade se encontra em processo de análise. O valor encontra-se reconhecido na rubrica de outros créditos a receber, mas por valor nulo. O restante valor, 41.412€, estão relacionados com dívidas de clientes.

7. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Com base nestes considerandos, a GIATUL – Atividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias E.M., S.A., apresenta no exercício de 2022 resultados positivos de 107.194,52€ (cento e sete mil, cento e noventa e quatro euros e cinquenta e dois cêntimos). Neste sentido, o Conselho de Administração, vem propor realizar a seguinte aplicação:

- Resultados Transitados	97.449,56€
- Reservas para Dedução de Lucros Retidos e Reinvestido.....	9.744,96€

8. AGRADECIMENTOS

O Conselho de Administração deseja registar o agradecimento a todos os que ao longo deste exercício, contribuíram para a consolidação da atividade da empresa, nomeadamente:

- Ao Acionista, pela confiança depositada na Administração;
- Ao Fiscal Único, pela pronta e sempre oportuna colaboração;
- Às Instituições Financeiras, pela confiança que continuamente nos manifestam;
- Aos Utentes e Clientes, pela preferência e fidelização demonstradas;
- A todos os Colaboradores, pelo seu empenhamento e profissionalismo, no exercício das suas funções;

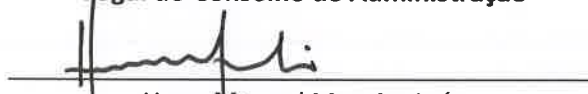
Mafra, 23 de março de 2022

O Presidente do Conselho de Administração



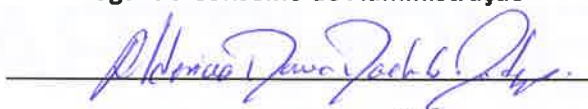
Hélder António Guerra de Sousa Silva

Vogal do Conselho de Administração

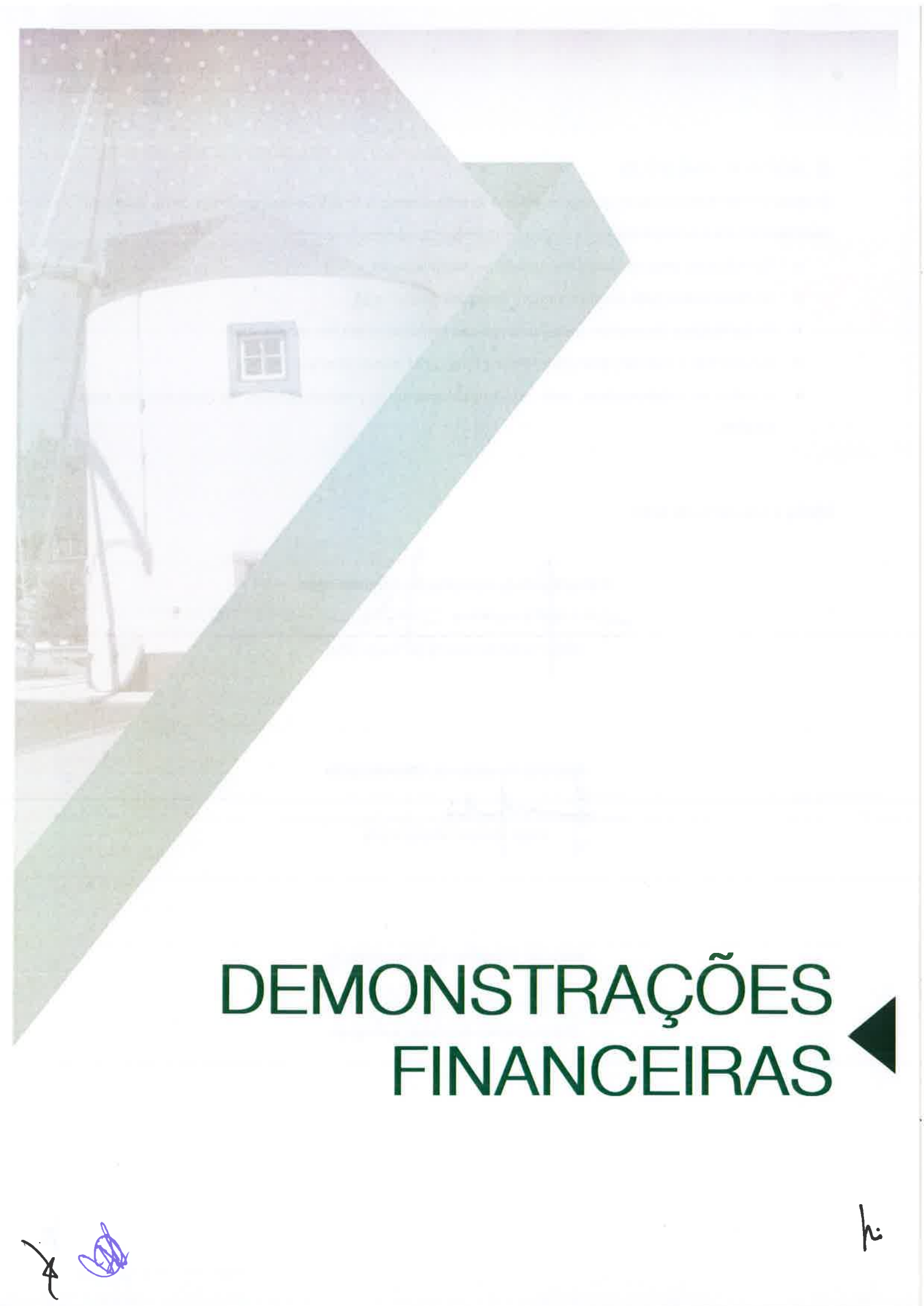


Hugo Manuel Moreira Luís

Vogal do Conselho de Administração



Aldevina Maria Machado Rodrigues



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



7



h

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

UNIDADE MONETÁRIA: EUROS

RUBRICAS		NOTAS	DATAS	
			31/12/2022	31/12/2021
ACTIVO				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	7	1.296.949	1.491.313	
Ativos intangíveis	8	7.246.714	7.420.308	
		8.543.663	8.911.621	
Ativo corrente				
Inventários	9	115.246	84.975	
Clientes	10	109.930	168.346	
Outros créditos a receber	12	158.910	158.883	
Diferimentos	13	12.778	16.466	
Caixa e depósitos bancários	4	418.777	1.069.324	
		815.640	1.497.995	
TOTAL DO ACTIVO		9.359.304	10.409.616	
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO				
CAPITAL PRÓPRIO				
Capital subscrito	14	900.000	900.000	
Reservas legais	14	356.800	356.800	
Outras reservas	14	691.828	794.882	
Resultados transitados	14	4.154.854	3.955.413	
		6.103.482	6.007.096	
Resultado líquido do período	14	107.195	96.387	
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		6.210.677	6.103.482	
PASSIVO				
Passivo não corrente				
Financiamentos obtidos	15	1.560.754	1.854.084	
Outras dívidas a pagar	17	478.823	569.683	
		2.039.577	2.423.767	
Passivo corrente				
Fornecedores	16	469.203	780.158	
Estado e outros entes públicos	11	79.291	164.463	
Financiamentos obtidos	15	293.330	390.328	
Outras dívidas a pagar	17	236.593	516.784	
Diferimentos	13	30.633	30.633	
		1.109.050	1.882.366	
TOTAL DO PASSIVO		3.148.627	4.306.134	
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		9.359.304	10.409.616	

Conselho de Administração

Contabilista Certificado nº 85017

Ana Cristina Almeida Paço

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

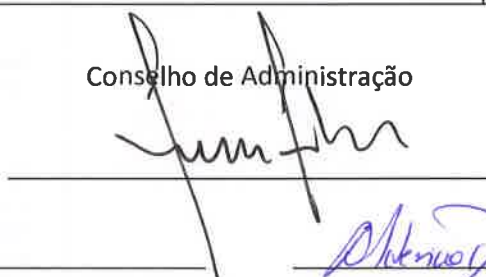
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

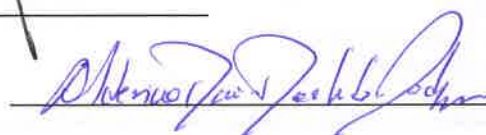
UNIDADE MONETÁRIA: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2022	2021
Vendas e serviços prestados	18	5.652.739	9.254.588
Subsídios à exploração	19	300.000	412.858
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	20	-677.406	-768.040
Fornecimentos e serviços externos	21	-3.016.061	-6.545.308
Gastos com o pessoal	22	-1.700.552	-1.782.728
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	23	-51.964	-33.115
Outros rendimentos	24	155.309	138.817
Outros gastos	25	-46.376	-57.201
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		615.690	619.871
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	26	-427.735	-452.459
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		187.955	167.412
Juros e rendimentos similares obtidos		0	0
Juros e gastos similares suportados	27	-42.114	-37.138
Resultados antes de impostos		145.841	130.274
Imposto sobre o rendimento do período	28	-38.646	-33.888
Resultado líquido do período		107.195	96.387

Conselho de Administração







Contabilista Certificado nº 85017

Ana Cristina Almeida Paço

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

UNIDADE MONETÁRIA: EUROS

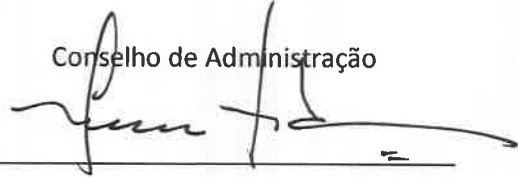
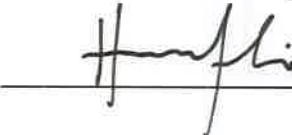
DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital						Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
		Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos/outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2021	1	900.000	356.800	844.910	4.002.241	-6.925	-89.931	0	6.007.096
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	14			-50.028	-46.827	6.925	89.931	0	0
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	2	0	0	-50.028	-46.827	6.925	89.931	0	0
RESULTADO INTEGRAL	3						96.387	0	96.387
	4=2+3						186.317	0	96.387
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO									
	5	0	0	0	0	0	0	0	0
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2021	6=1+2+3+5	900.000	356.800	794.882	3.955.413	0	96.387	0	6.103.482

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

UNIDADE MONETÁRIA: EUROS

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital						Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
		Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos/outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2022	6	900.000	356.800	794.882	3.955.413	0	96.387	0	6.103.482
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	14			-103.054	199.441	0	-96.387	0	0
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	7	0	0	-103.054	199.441	0	-96.387	0	0
RESULTADO INTEGRAL	8						107.195	0	107.195
	9=7+8						10.808	0	107.195
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO									
	10	0	0	0	0	0	0	0	0
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2022	11=6+7+8+10	900.000	356.800	691.828	4.154.854	0	107.195	0	6.210.677

Conselho de Administração


Contabilista Certificado nº 85017

Ana Cristina Almeida Paes

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

UNIDADE MONETÁRIA: EUROS

RUBRICA	UNIDADE MONETÁRIA: EUROS	
	2022	2021
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimento de clientes	5.684.546	10.196.567
Pagamentos a fornecedores	-4.460.646	-8.235.252
Pagamentos ao pessoal	-1.700.552	-1.782.728
<i>Caixa gerada pelas operações</i>	-476.651	178.586
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-33.888	-24.405
Outros recebimentos/pagamentos	352.211	461.117
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	-158.328	615.297
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	-29.372	-6.770
Ativos intangíveis	-30.406	-2.400
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	-59.778	-9.170
FLUXOS DE CAIXA DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	0	2.159.629
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	-390.328	-1.808.682
Juros e gastos similares	-42.114	-37.138
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	-432.442	313.809
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	-650.548	919.937
Caixa e seus equivalentes no início do período	1.069.324	149.387
Caixa e seus equivalentes no fim do período	418.777	1.069.324

Conselho de Administração

Contabilista Certificado nº 85017

Ara Gestora Almeida Braga

ANEXO ÀS
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS

[Handwritten signature]

h.

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE E PERÍODO DE RELATO

1.1. Designação da entidade

GIATUL - ATIVIDADES LÚDICAS, INFRAESTRUTURAS E RODOVIAS, E.M., S.A.

É uma empresa municipal de capitais totalmente públicos constituída nos termos da Lei nº 58/98, de 18 de agosto.

Foi constituída em junho de 2004 com o Capital Social de 500.000€, pelos acionistas Município de Mafra com 80% e a Orbitur – Intercâmbio de Turismo, S.A. com 20% do referido capital. Em março de 2005, o parceiro Orbitur, S.A., cedeu a sua posição de acionista à empresa Bluematrix – Actividades Turísticas, Lda. Em março de 2008, a Bluematrix, Lda. cedeu a sua posição societária à empresa Imoestrela – Sociedade de Investimentos da Serra da Estrela, S.A. Em agosto de 2010, a Imoestrela, S.A., cedeu a sua posição societária à empresa Pavimafra – Infraestruturas e Rodovias, E.M., S.A.

Em 10 de abril de 2012, por deliberação da Assembleia Municipal de 27 de fevereiro de 2012, procedeu-se à fusão por incorporação da Pavimafra – Infraestruturas e Rodovias E.M., S.A., tendo sido transferido todo o património desta, com todos os seus elementos ativos e passivos, direitos e obrigações.

A sociedade incorporante alterou a firma para “GIATUL – Atividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, E.M., S.A.

1.2. Sede

NEM – Avenida Dr. Francisco Sá Carneiro, 2640-486 Mafra

1.3. Natureza da atividade

A empresa tem por objetivo a prestação de serviços de interesse geral, bem como de promoção do desenvolvimento local e regional na área do concelho de Mafra:

- a) Promoção, gestão, exploração e rentabilização do parque de campismo de Mil Regos, bem como de parques de autocaravanismo da titularidade do Município de Mafra;
- b) Conservação, renovação, beneficiação e manutenção de todos os espaços, instalações e equipamentos afetos ou relevantes para o parque de campismo de Mil Regos bem como para os parques de autocaravanismo;

A handwritten signature in blue ink, appearing to be "A. C. A.", located at the bottom left of the page.A handwritten signature in black ink, appearing to be "h.", located at the bottom right of the page.

- c) Realização de investimentos para a expansão da atividade do parque de campismo ou parques de autocaravanismo, de acordo com vocação;
- d) O exercício da atividade de gestão de obras públicas para o Município de Mafra e para outras entidades detidas por aquela autarquia, consistente na prática de todos os atos materiais e jurídicos necessários à perfeição das obras cuja gestão lhe seja solicitada pelo Câmara Municipal de Mafra, compreendendo qualquer atividade, desde a sua conceção, financiamento, concretização e até à receção das respetivas obras;
- e) Realização de atividades de conceção e execução de obras públicas, bem como de implementação de planos, projetos e demais empreendimentos, nomeadamente de equipamentos, edifícios, rodovias e infraestruturas, incluindo infraestruturas da rede viária municipal, urbana ou rural, que lhe sejam confiadas pelo Município ou de acordo com a programação aprovada pelo mesmo, com recurso a meios próprios ou meios contratados a terceiros em regime de empreitada ou de concessão de obra pública;
- f) Instalação e manutenção de todos os espaços e equipamentos públicos de utilização coletiva que sejam propriedade do Município, bem como de mobiliário urbano e sinalização;
- g) Conservação, restauração, reparação beneficiação do parque imobiliário do concelho de Mafra que seja propriedade do Município;
- h) Execução administrativa de obras realizadas em imóveis que não pertençam ao Município;
- i) Apoio nas atividades de fiscalização técnica de infraestruturas municipais;
- j) Produção e comercialização de massas betuminosas, asfálticas e outros materiais de construção.

A título acessório, a empresa pode exercer outras atividades nas áreas da cultura, do desporto, da educação e do turismo, designadamente a prestação de serviços, bem como a promoção e exploração de outras atividades de cultura, turismo e lazer que se revistam de interesse público municipal.

1.4. Designação e sede da empresa-mãe

O capital social de 900.000€, representado por 180.000 ações nominativas de 5€ cada, detidas a 100% pela Câmara Município de Mafra, com sede na Praça do Município, 2640-516 Mafra.





2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da GIATUL foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) previstas pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo Decreto-lei n.º 158/2009 de 13 de Julho com as retificações da Declaração de Rectificação n.º 67-B/2009 de 11 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010 de 23 de Agosto e com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 02 de Junho.

Não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham tido efeitos nas demonstrações financeiras e na imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo e dos resultados da entidade.

Não existem contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas pela Entidade na preparação das demonstrações financeiras são as seguintes:

Base de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as bases de apresentação das demonstrações financeiras (BADF):

Continuidade - No âmbito do pressuposto da continuidade, a entidade avaliou a informação de que dispõe e as suas expectativas futuras, tendo em conta a capacidade da entidade prosseguir com o seu negócio. Da avaliação resultou que o negócio tem condições de prosseguir presumindo-se a sua continuidade.

Regime do acréscimo - Os elementos das demonstrações financeiras são reconhecidos logo que satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento.

Consistência de apresentação - A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras está consistente de um período para o outro.

Materialidade e agregação - A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou do erro, ajuizados nas circunstâncias que os rodeiam. Considera-se que as omissões ou declarações incorretas de itens são materialmente relevantes se puderem, individual ou coletivamente, influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Um item que não seja

materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada na face das demonstrações financeiras pode, porém, ser materialmente relevante para que seja apresentado separadamente nas notas do presente anexo. As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes números de transações ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função. A fase final do processo de agregação e classificação é a apresentação de dados condensados e classificados que formam linhas de itens na face do balanço, na demonstração dos resultados, na demonstração de alterações no capital próprio e na demonstração de fluxos de caixa ou no anexo.

Compensação - Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos, não são compensados exceto quando tal for exigido ou permitido por uma NCRF. Assim, o crédito deve ser mensurado tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e abatimentos de volume concedidos pela Entidade. A Entidade empreende, no decurso das suas atividades ordinárias, outras transações que não geram crédito, mas que são inerentes às principais atividades que o geram. Os resultados de tais transações são apresentados, quando esta apresentação reflita a substância da transação ou outro acontecimento, compensando qualquer rendimento com os gastos relacionados resultantes da mesma transação. Os ganhos e perdas provenientes de um grupo de transações semelhantes são relatados numa base líquida, por exemplo, ganhos e perdas de diferenças cambiais ou ganhos e perdas provenientes de instrumentos financeiros detidos para negociação. Estes ganhos e perdas são relatados separadamente se forem materialmente relevantes.

Informação comparativa - O conteúdo das demonstrações financeiras é comparável com o do ano anterior. Toda a informação que consta nas Demonstrações Financeiras e no presente documento, com referência a 2022, consiste, na informação da sociedade "GIATUL, S.A.".

Participações financeiras em subsidiárias e associadas

As participações financeiras em subsidiárias e associadas são registadas pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo de aquisição e posteriormente ajustadas em função das alterações verificadas após a aquisição, na quota-parte da Empresa nos ativos líquidos das correspondentes entidades.

Quando a proporção nos prejuízos acumulados da subsidiária ou associada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é relatado por valor nulo, exceto quando a Empresa tenha assumido compromissos de cobertura de prejuízos da subsidiária ou associada, casos em que as perdas adicionais determinam o reconhecimento de um passivo. Se posteriormente a associada relatar lucros, retoma-se o reconhecimento da sua quota-parte nesses lucros somente após a sua parte nos lucros igualar a parte das perdas não reconhecidas.

Ativos fixos tangíveis

Os edifícios e equipamentos que integram o ativo fixo tangível são mensurados segundo o modelo do custo previsto na NCRF 7, isto é, pelo custo menos a depreciação e perdas de imparidade acumuladas.

A depreciação dos edifícios e equipamentos é reconhecida como gasto a afetar os resultados operacionais, na base do método de linha reta (quotas constantes), com aplicação de percentagens sobre o custo de aquisição, deduzido do valor residual dos ativos, na base das seguintes estimativas de períodos de vida útil esperada:

Edifícios e obras de modificação	5 e 10 anos
Equipamentos e instalações básicas e administrativas	8 a 12 anos
Equipamento e ferramentas ligeiras	3 a 8 anos
Equipamento de transporte	4 anos

Os períodos de vida útil foram objeto de estimativa atualizada, nas datas de relato. Existindo algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil ou da quantia residual de um ativo, é revista a depreciação desse ativo de forma prospetiva para refletir as novas expectativas.

Os dispêndios com reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gasto do período em que incorridos. Os dispêndios com inspeção e conservação dos ativos são registados como gasto.

Para a generalidade dos ativos fixos tangíveis da empresa não foram até ao momento detetados indícios que determinassem a realização de testes adicionais de imparidade.

Locações

Tal como preceituado na NCRF 9, os ativos tangíveis adquiridos em regime de locação financeira são reconhecidos ao custo histórico depreciado. No passivo reconhecem-se os valores atualizados das prestações em dívida às locadoras.

A GIATUL classifica as operações de locações como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal.

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, por forma a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade. As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

Por forma a determinar se o ativo locado ficou em imparidade, aplica-se o disposto na NCRF 12 - Imparidade de ativos.

Ativos intangíveis

Aos ativos intangíveis são reconhecidos sempre que os mesmo são identificáveis, exerce-se controlo sobre os mesmos, seja provável que fluam benefícios económicos futuros e o seu custo possa ser fiavelmente mensurado.

Os custos incorridos com a aquisição de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas, necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados pelo método da linha reta ao longo da sua vida útil esperada.

Os custos com manutenção de programas informáticos são reconhecidos como gastos do período em que ocorrem.

Participações Financeiras

Nos casos de investimentos em associadas, às quais se aplica o método da equivalência patrimonial, as respetivas verbas de financiamentos concedidos não tiveram tratamento de justo valor, dada a sua exclusão do âmbito da NCRF 27 - Instrumentos financeiros.

Ativos não correntes detidas para venda

Os ativos não correntes e os grupos para alienação são classificados como detidos para venda quando a sua quantia escriturada for essencialmente recuperada através de uma venda e não através do seu uso continuado. Considera-se que esta condição se verifica apenas quando a venda é altamente provável e o ativo não corrente ou grupo para alienação está disponível para venda imediata nas suas condições presentes. A correspondente venda deve estar concluída no prazo de um ano a contar da data da classificação do ativo não corrente ou do grupo para alienação como disponível para venda.

Quando a Entidade está comprometida com um plano de venda de uma subsidiária que envolva a perda de controlo sobre a mesma, todos os ativos e passivos dessa subsidiária são classificados como detidos para



venda, desde que se cumpram os requisitos referidos no parágrafo anterior, ainda que a Entidade retenha algum interesse minoritário na subsidiária após a venda.

Os ativos não correntes e os grupos para alienação classificados como detidos para venda são mensurados ao menor de entre a sua quantia escriturada antes da classificação e o seu justo valor menos os custos para vender.

Inventário

Os Inventários são valorizados ao menor entre o seu custo e o valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso normal da atividade deduzido dos respetivos custos de venda.

As diferenças entre o valor de custo e o valor realizável líquido, quando mais baixo, bem como o valor dos materiais potencialmente obsoletos, encontram-se registadas na rubrica perdas de imparidade em inventários.

O método de custeio adotado para a valorização das saídas de armazém é o custo médio ponderado ou custo específico).

Instrumentos financeiros

No tratamento contabilístico dos instrumentos financeiros e respetivos requisitos de apresentação e divulgação é utilizada a NCRF 27- Instrumentos financeiros.

Os ativos financeiros e os passivos financeiros são mensurados ao custo ou ao custo amortizado e, no caso dos ativos financeiros, ao custo deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas ou ao custo amortizado. O custo amortizado corresponde ao valor no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa de qualquer diferença entre esse montante na maturidade, usando o método da taxa de juro efetiva, de qualquer diferença entre essa quantia inicial e a quantia na maturidade, e menos qualquer redução (diretamente ou por meio do uso de uma conta de abatimento) quanto à imparidade ou incobrabilidade.

Os ativos e passivos financeiros ao custo ou ao custo amortizado incluem: clientes, outras contas a receber, fornecedores, outras contas a pagar e financiamentos obtidos. O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo, sendo a taxa de juro efetiva a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro no valor líquido contabilístico do ativo ou passivo financeiro.



Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros:

São desreconhecidos ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram ou quando transfere para outra entidade os ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais são retidos alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido. Os passivos financeiros são desreconhecidos apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

Clientes e outras dívidas de terceiros

Esta rubrica está mensurada em balanço com base na quantia de rédito historicamente reconhecido, acrescida do IVA e, quando aplicável, de quantias de rédito de juros debitados e deduzida de ajustamentos pelo risco de crédito não recuperável.

As contas a receber são mensuradas ao custo ou ao custo amortizado menos as perdas de imparidade. As perdas por imparidade verificadas são reconhecidas nos resultados.

O ajustamento para imparidade das contas a receber é estabelecido quando há evidência objetiva de que não será recebida parte ou a totalidade dos montantes em dívida, nos termos acordados. Dificuldades financeiras significativas por parte do devedor, probabilidade de o devedor se tornar insolvente ou a falha sucessiva de pagamentos por parte do devedor, são considerados indicadores de que a conta a receber está numa situação de imparidade.

Fornecedores e outras dívidas a terceiros

Estas contas estão reconhecidas pela quantia amortizável das respetivas dívidas. A Administração da empresa entende que as quantias mostradas em balanço não diferem significativamente dos justos valores das respetivas dívidas.

Às outras contas a pagar do passivo não corrente, não se procedeu a qualquer ajustamento à quantia assentada, por impossibilidade de mensurar fiavelmente o seu valor atual/descontado, já que não existem pressupostos de prazo, tempestividade e valor de prestações, taxa de juro, que permitissem apurar e atualizar os fluxos de caixa futuros.

Caixa e equivalentes de caixa

A rubrica de caixa e equivalentes de caixa mostrada pelo balanço inclui meios líquidos de pagamento (caixa e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis), sem afetar o valor do respetivo capital.

São aplicáveis as definições da NCRF 2 – Demonstração de Fluxos de Caixa.

Imparidade de ativos

À data de cada relato e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperável, é efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos. Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada em resultados.

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados sendo efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

Instrumentos de capital próprio

Um instrumento financeiro é classificado como sendo um instrumento de capital próprio, quando o mesmo evidencia um interesse residual nos ativos de uma entidade após dedução de todos os seus passivos. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital próprio são registados como uma dedução ao valor da emissão.

As distribuições aos detentores dos instrumentos de capital próprio apenas são reconhecidas como um passivo e debitadas diretamente no capital próprio da entidade, no exercício em que essas distribuições são aprovadas pelos acionistas.

Financiamentos obtidos

As responsabilidades financeiras para com a banca estão reconhecidas pelas quantias monetárias recebidas, líquidas de reembolsos. Os gastos financeiros, incluindo juros e outros encargos, estão reconhecidos pelo método do juro efetivo numa base de acréscimo na demonstração dos resultados do período, nos termos do preceituado na NCRF 10 - Custos de empréstimos obtidos

Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, mas são objeto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afete benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, sendo os mesmos objetos de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a entidade tenha uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

A quantia reconhecida das provisões corresponde ao valor presente da melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação, considerando os riscos e incertezas associados à obrigação. Os montantes das provisões são revistos na data de cada demonstração da posição financeira e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes de qualquer contrato oneroso em que a GIATUL é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tem associados custos que excedem os benefícios económicos derivados do mesmo, são registados como provisões.

Aplicaram-se as definições e critérios das NCRF 21 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.

Reconhecimento de rendimentos e gastos

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, independentemente da data/momento em que as transações são faturadas. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados



Rédito

As Vendas e Serviços Prestados são reconhecidas a afetar os resultados operacionais do período a que dizem respeito, não obstante poder serem recebidas em períodos diferentes, de acordo com o regime de acréscimo. Os Serviços Prestados são apresentados líquidos de devoluções e de descontos comerciais.

Foram aplicados as definições e os critérios da NCRF 20.

O rédito proveniente da venda de bens apenas é reconhecido quando (i) são transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, (ii) não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse ou o controlo efetivo dos bens vendidos, (iii) a quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada, (iv) seja provável que os benefícios económicos associados com as transações fluam para a empresa e (v) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber. As restantes receitas e despesas são registadas de acordo com o pressuposto do acréscimo pelo que são reconhecidas à medida que são geradas independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de diferimentos ou outras contas a pagar ou a receber.

O rédito associado com uma transação que envolva prestação de serviços é reconhecido quando o desfecho dessa transação possa ser fiavelmente estimado, isto é, quando: (i) a quantia de rédito seja fiavelmente mensurada; (ii) seja provável que benefícios económicos associados com a transação fluam para a Empresa/Grupo; (iii) a fase de acabamento da transação à data do balanço seja fiavelmente mensurada; e (iv) os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação sejam fiavelmente mensurados.

Benefício dos empregados

A empresa não tem qualquer sistema próprio complementar à segurança social pública, em matéria de apoios à reforma dos trabalhadores.

Subsídios e apoios do Governo

Encontra-se reconhecidos rendimentos de subsídios recebidos ao abrigo do Contrato Programa com a Câmara Municipal de Mafra, que entrou em vigor durante o exercício de 2022.

A handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized 'A' followed by a circular flourish.A handwritten signature in black ink, consisting of a stylized 'h'.

Encargos financeiros com financiamentos obtidos

Todos os custos de empréstimos são reconhecidos como gasto do período em que ocorrem, numa base de acréscimo, de acordo com o tratamento de referência da NCRF 10.

Imposto sobre o rendimento

Existem, nos períodos de relato, situações que permitam o apuramento, na estimativa anual, de impostos diferidos, ou reconhecimento de ativos por impostos diferidos.

Quando aplicável adotou-se a NCRF 25 - Impostos sobre o rendimento.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da entidade de acordo com as regras fiscais em vigor.

Transações e saldos em moeda estrangeira

O euro é a moeda funcional e de relato

Não existem, em matéria de risco cambial relevante a afetar as demonstrações financeiras, outras situações a assinalar.

Acontecimentos após a data de balanço

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, quando materialmente relevantes, são divulgados nas demonstrações financeiras.

A data de autorização para emissão das demonstrações financeiras é de 23 de março de 2023.

Juízo de valor, estimativa e pressupostos críticos

Na preparação das demonstrações financeiras, foram adotados certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assunções realizadas pelo órgão de gestão foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento e complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras, são as seguintes:

a) Mensuração de propriedades de investimento: as propriedades de investimento mensurados pelo justo valor, são objeto de avaliações independentes realizadas de forma regular. As referidas avaliações foram

h:



realizadas de acordo com metodologias combinando os seguintes critérios: (i) comparação de mercado; (ii) rendimento; (iii) capitalização direta; e (iv) fluxos de caixa descontados.

b) As Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis: a determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de amortização, é essencial para determinar o montante de amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados. Estes parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento da Administração para os ativos e negócios em questão, podendo, no entanto, virem a ser alterados se a prática do sector, para situações idênticas, apontar para um benchmark diferente.

Principais pressupostos relativos ao futuro

Não foram identificadas pelo órgão de gestão, situações que coloquem em causa a continuidade da GIATUL, S.A.

4. FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes, inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria, líquidos de descobertos bancários.

A caixa e seus equivalentes em 31/12/2022 e em 31/12/2021, tem a seguinte composição:

	2022	2021
Caixa	2 920	2 697
Depósitos à ordem	413 357	1 064 128
Outros depósitos	2 500	2 500
TOTAL	418 777	1 069 324

5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Durante o período findo em 31/12/2022, não ocorreram quaisquer alterações de políticas contabilísticas ou alterações significativas de estimativas, nem foram identificados erros materiais que devessem ser corrigidos.

6. PARTES RELACIONADAS

Foram consideradas associadas todas as entidades sobre as quais a GIATUL tem influência significativa e que não sejam subsidiárias nem tenham interesses em empreendimentos conjuntos.

Influência significativa foi considerada como sendo o poder de participar nas decisões das políticas financeiras e operacionais das investidas, mas que não constitui controlo nem controlo conjunto sobre essas políticas.

A GIATUL detém 20% ou mais do poder de voto da investida, ou quando detém direitos especiais de voto.

Em 2022, foi alienada integralmente a participação social detida na Mafreduca, S.A., pelo valor de 1€ à Câmara Municipal de Mafra. A participação financeira encontrava-se reconhecida por valor nulo, uma vez que esta empresa apresentava Capitais Próprios com valor negativo. Acresce que desta participação não resultou para a empresa quaisquer obrigações construtivas ou legais.

7. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31/12/2022 e em 31/12/2021 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas foi o seguinte:

2022							
Descrição	Terr. e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equip. básico	Equip. de transp.	Equip. administ.	Out. ativ.	Total
Ativo							
Saldo inicial	420 691	707 641	6 270 979	320 211	114 599	72 404	7 906 526
Aumentos				19 106	10 266		29 372
Alien. e abates							0
Saldo final	420 691	707 641	6 270 979	339 317	124 866	72 404	7 935 898
Depreciações acumuladas							
Saldo inicial		453 681	5 513 910	266 415	108 804	72 404	6 415 214
Dep. exercício		35 531	161 052	22 709	4 444		223 736
Alien. e abates							0
Saldo final	0	489 212	5 674 961	289 123	113 248	72 404	6 638 949
Ativo líquido	420 691	218 429	596 018	50 194	11 617	0	1 296 949

2021							
Descrição	Terr. e recursos naturais	Edifícios e outras const.	Equip. básico	Equip. de transp.	Equip. administ.	Out. ativ.	Total
Ativo							
Saldo inicial	420 691	707 641	6 176 309	248 482	114 599	72 404	7 740 127
Aumentos			94 670	71 729			166 399
Alien. e abates							0
Saldo final	420 691	707 641	6 270 979	320 211	114 599	72 404	7 906 526
Depreciações acumuladas							
Saldo inicial		410 350	5 342 401	237 932	106 061	70 009	6 166 754
Dep. exercício		43 331	171 508	28 482	2 743	2 395	248 460
Alien. e abates							0
Saldo final	0	453 681	5 513 910	266 415	108 804	72 404	6 415 214
Ativo líquido	420 691	253 960	757 070	53 797	5 795	0	1 491 313

No que respeita ao valor reconhecido em “Terrenos e recursos naturais”, este inclui o terreno denominado “Vale da Bica”, localizado no Concelho de Mafra. Este terreno encontra-se mensurado pelo valor de aquisição.

Os restantes ativos fixos tangíveis são mensurados ao custo, sendo depreciados linearmente, de acordo com as vidas úteis especificadas na nota 2.

8. ATIVOS INTANGÍVEIS

Movimentos ocorridos nos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, nos períodos findos em 31/12/2022 e em 31/12/2021:

2022					
Descrição	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Invest. em curso	Total
Ativo					
Saldo inicial	12 423	10 912 308	106 193	0	11 030 923
Aquisições				30 406	30 406
Transferências					0
Alien. e abates					0
Saldo final	12 423	10 912 308	106 193	30 406	11 061 329
Depreciações acumuladas					
Saldo inicial	4 423	3 500 000	106 193	0	3 610 615
Dep. exercício	4 000	200 000			204 000
Alien. e abates					0
Saldo final	8 423	3 700 000	106 193	0	3 814 615
Ativo líquido	4 000	7 212 308	0	30 406	7 246 714

2021					
Descrição	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Invest. em curso	Total
Ativo					
Saldo inicial	423	10 912 308	106 193	9 600	11 028 523
Aquisições				2 400	2 400
Transferências	12 000			-12 000	0
Alien. e abates					
Saldo final	12 423	10 912 308	106 193	0	11 030 923
Depreciações acumuladas					
Saldo inicial	423	3 300 000	106 193	0	3 406 616
Dep. exercício	4 000	200 000			204 000
Alien. e abates					0
Saldo final	4 423	3 500 000	106 193	0	3 610 615
Ativo líquido	8 000	7 412 308	0	0	7 420 308

Discrimina-se em seguida o valor da rubrica de propriedade industrial, por item:

Descrição	Ano aquisição	Valor reconhecido	Tipo de direito
Avessada - Ericeira / Limites Ericeira	30/04/2007	2 422 373	50 anos Direitos Superf
Fonte Boa da Brincosa - Carvoeira	30/04/2007	421 956	50 anos Direitos Superf
Primeiro Quinhão Casal da Estrada / Piscinas	30/04/2007	565 619	50 anos Direitos Superf
Limites do Marco - Azueira	30/04/2007	320 462	50 anos Direitos Superf
As Pedoeiras ou Campo do Tojo - Igreja Nova	30/04/2007	288 732	50 anos Direitos Superf
Charneca - Venda do Pinheiro	21/11/2007	212 801	50 anos Direitos Superf
Pateira - Santo Estevão Galés	21/11/2007	272 283	50 anos Direitos Superf
Quinta da Princesa - Enxara do Bispo	21/11/2007	305 109	50 anos Direitos Superf
Monte Godel - Santo Isidoro	19/03/2008	313 317	50 anos Direitos Superf
Mafra - Salgados	29/05/2008	651 381	50 anos Direitos Superf
Dir. Superfície terreno Abrunheira	31/12/2008	138 274	50 anos Direitos Superf
Contrato-programa do Parque de Campismo.	29/06/2004	1 300 000	Cessão Exploração
TOTAL		7 212 308	

O parque de campismo é o único item que se encontra sujeito a depreciação, uma vez que os valores dos restantes estão suportados por uma avaliação independente realizada em março 2023.

9. INVENTÁRIOS

Valor das existências finais:

	2022	2021
Matérias-primas	2 984	6 230
Materiais diversos	112 262	78 745
TOTAL	115 246	84 975

10. CLIENTES

Saldos da conta de clientes nos períodos findos em 31/12/2022 e em 31/12/2021:

	2022	2021
Clientes c/c	109 930	168 346
Clientes cobrança duvidosa	331 569	304 528
Perdas por imparidade acumuladas	-331 569	-304 528
TOTAL	109 930	168 346

Neste período houve alteração nos ajustamentos para clientes tendo em conta a antiguidade dos saldos dos mesmos.

11. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Detalhe dos saldos da conta do estado e outros entes públicos:

	2022	2021
Ativo corrente		
Imposto sobre o rendimento	0	0
TOTAL	0	0
Passivo corrente		
Imposto sobre o rendimento (IRC)	23 646	388
Retenção de impostos sobre rendimentos (IRS)	10 923	9 671
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	8 985	123 014
Segurança social	27 877	26 152
Caixa geral de aposentações e ADS	3 495	3 463
Tributos das autarquias locais	4 365	1 776
TOTAL	79 291	164 463

Não existem quaisquer dívidas em mora às Finanças nem à Segurança Social.

12. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Detalhe dos outros créditos a receber:

	2022	2021
Devedores por acréscimo de rendimentos	157 352	157 073
Pessoal	0	1 527
Outros Devedores	58 037	33 115
Perdas por imparidade acumuladas	-58 037	-33 115
Outros	44	0
Adiantamento a fornecedores	1 513	284
TOTAL	158 910	158 883

Encontra-se registado em outros devedores a quantia de 58.037€, referente a receitas arrecadadas, cuja responsabilidade se encontra em processo de análise. Por uma questão de prudência, foi constituída uma imparidade no mesmo valor.

13. DIFERIMENTOS

O desdobramento dos diferimentos registados no ativo e passivo corrente é o seguinte:

	2022	2021
Ativo corrente		
Seguros a reconhecer	12 778	16 466
TOTAL	12 778	16 466
Passivo corrente		
Rendimentos a reconhecer	30 633	30 633
TOTAL	30 633	30 633

Para melhor evidenciar as responsabilidades da empresa, os rendimentos a reconhecer foram registados com base na data de reconhecimento, estando repartidos em rendimentos de curto prazo e rendimentos de médio/longo prazo.

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

14. INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

Composição do capital:

	2022	2021
Capital subscrito	900 000	900 000
Reservas legais	356 800	356 800
Outras reservas		
Reservas livres	425 027	425 027
DLRR – Dedução de Lucros Retidos e Reinvestidos – 2015	0	129 677
DLRR – Dedução de Lucros Retidos e Reinvestidos – 2017	97 427	97 427
DLRR – Dedução de Lucros Retidos e Reinvestidos – 2018	119 375	119 375
DLRR – Dedução de Lucros Retidos e Reinvestidos – 2019	23 376	23 376
DLRR – Dedução de Lucros Retidos e Reinvestidos – 2021	26 622	0
Resultados transitados	4 154 854	3 955 413
Resultado Líquido do exercício	107 195	96 387
TOTAL	6 210 677	6 103 482

A Câmara Municipal de Mafra detém 100% do capital social da GIATUL.

Os valores registados em dedução de lucros retidos e reinvestidos já se encontram totalmente executados com investimentos elegíveis. Por imposição legal, esta mantém-se em reserva nos capitais próprios por 5 anos. O valor referente a 2015 foi transferido para resultados transitados em 2022, por ter passado o prazo. O valor referente a 2017 só será transferido para resultados transitados em 2024.

Em 2022, o movimento em resultados transitados corresponde também à aplicação do resultado de 2021.

15. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Detalhe dos financiamentos obtidos nos exercícios:

	2022	2021
Passivo não corrente		
Empréstimos Bancários	1 496 779	1 751 005
Leasing	63 975	103 079
	1 560 754	1 854 084
Passivo corrente		
Empréstimos Bancários	254 226	351 321
Leasing	39 104	39 007
	293 330	390 328
TOTAL	1 854 084	2 244 412

16. FORNECEDORES

Desdobramento das contas de fornecedores:

	2022	2021
Fornecedores C/C	275 486	614 513
Fornecedores - garantias	193 717	165 646
TOTAL	469 203	780 158

17. OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

As outras dívidas a pagar apresentam o seguinte detalhe em 2022 e 2021:

	2022	2021
Passivo não corrente		
Fornecedores - garantias	128 555	188 783
Rendimentos a reconhecer	350 268	380 901
	478 823	569 683
Passivo corrente		
Pessoal	462	0
Remunerações a liquidar	214 988	179 083
Credores diversos	21 143	337 701
	236 593	516 784
TOTAL	715 416	1 086 468

Tal como referido na nota 13, para melhor evidenciar as responsabilidades da empresa, os rendimentos a reconhecer estão registados com base na data de reconhecimento, assim, estão repartidos em rendimentos de curto prazo e rendimentos de médio/longo prazo.

18. VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

As vendas e serviços prestados reconhecidos em 31/12/2022 e em 31/12/2021 apresentam o seguinte detalhe:

	2022	2021
Vendas de produtos acabados	54 675	68 589
Serviços prestados		
Infraestruturas	4 166 906	7 955 486
Parque de Campismo	1 431 158	1 230 514
TOTAL	5 652 739	9 254 588

As Prestações de Serviços ocorreram apenas no mercado interno.

19. SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

Os subsídios à exploração apresentam o seguinte detalhe em 2022 e 2021:

	2022	2021
Subsídio Contrato Programa	300 000	300 000
Apoio Familiar-Covid 19	0	1 822
Transferência de equilíbrio	0	111 036
TOTAL	300 000	412 858

Em 2022, entrou em vigor o Contrato Programa celebrado com o acionista único, a Câmara Municipal de Mafra, que prevê o subsídio à exploração a ser entregue em parcelas até ao ano de 2025.

Em 2021 verificou-se uma transferência de acordo com o n.º5 do Artigo 40.º, da Lei n.º50/2012, de 31 de agosto, onde refere que no caso de o resultado líquido antes de impostos se apresentar negativo, é obrigatória a realização de uma transferência financeira a cargo dos acionistas, na proporção da respetiva participação social, com vista a equilibrar os resultados do exercício em causa. Em 2022, não se verificou qualquer tipo de transferência desta natureza.

20. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

Detalhe do custo das mercadorias vendidas nos exercícios:

	2022	2021
Existências iniciais	84 975	67 788
Compras de matéria, subsidiária e de consumo	707 677	785 228
Existências finais	115 246	84 975
TOTAL	677 406	768 040

21. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Os fornecimentos e serviços externos dos exercícios de 2022 e 2021 apresentam o seguinte detalha:

	2022	2021
Subcontratos	1 901 277	5 073 883
Trabalhos especializados	295 758	634 276
Publicidade e propaganda	14 858	7 334
Vigilância e segurança	145 666	144 677
Comissões	9 987	7 725
Conservação e reparação	86 199	71 316
Serviços Bancários	24 959	31 230
Ferramentas e Utensílios	22 139	22 888
Livros e documentação técnica	176	
Material de escritório	12 261	17 598
Eletricidade	96 817	91 899
Combustíveis	143 229	172 021
Água	104 997	112 967
Lubrificantes	2 665	2 514
Deslocações e estadas	1 313	1 142
Rendas a alugueres	35 137	50 150
Comunicação	29 979	14 218
Seguros	28 473	33 509
Contencioso e notariado	175	190
Despesas de representação	989	40
Limpeza, higiene e conforto	58 751	55 285
Outros Serviços	255	446
TOTAL	3 016 061	6 545 308

22. GASTOS COM O PESSOAL

Detalhe dos gastos com o pessoal nos exercícios:

	2022	2021
Remunerações dos órgãos sociais	0	0
Remunerações do pessoal	1 337 061	1 406 340
Encargos sobre remunerações	243 148	273 439
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	48 067	40 727
Outros gastos com o pessoal	72 276	62 222
TOTAL	1 700 552	1 782 728

A 31/12/2022 o número de trabalhadores era de 89, sendo 22 do Parque de Campismo.

23. IMPARIDADE DE DÍVIDAS A RECEBER

Detalhe da imparidade de dívidas a receber dos exercícios:

	2022	2021
Perdas por imparidade – Clientes	41 412	0
Perdas por imparidade – Outros devedores	24 923	33 115
Reversão de perdas por imparidade - Clientes	-14 371	0
TOTAL	51 964	33 115

Por prudência contabilística, em 2022 foram reconhecidas perdas no valor de 66.335€ por imparidades. O valor de 41.412€ diz respeito a dívidas de clientes e 24.923€ são referentes a receitas arrecadadas, cuja responsabilidade se encontra em processo de análise. Sendo que este último valor se encontra reconhecido na rubrica de outros créditos a receber, mas por valor nulo.

24. OUTROS RENDIMENTOS

Detalhe dos outros rendimentos dos exercícios:

	2022	2021
Correções imputáveis a períodos anteriores	1 046	0
Outros rendimentos e ganhos	154 263	138 817
TOTAL	155 309	138 817

A 01/11/2010 foi celebrado um contrato de arrendamento de um imóvel com a “Tarawa-kiribati”, que gerou um rendimento no montante de 60.000€, no exercício de 2022. Acresce o rendimento de 60.000€, que advém do acordo celebrado entre a Câmara Municipal de Mafra e a GIATUL referente à cessão de uma parcela de terreno.

25. OUTROS GASTOS

Detalhe de outros gastos dos exercícios:

	2022	2021
Impostos diretos	980	980
Impostos indiretos	8 337	19 830
Taxas	32 915	35 387
Correções de exercícios anteriores	202	886
Multas e penalidades	543	60
Outros gastos e perdas	3 400	57
TOTAL	46 376	57 201

26. GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO

Movimento das amortizações dos ativos tangíveis e intangíveis, dos exercícios:

	2022	2021
Ativos fixos tangíveis:		
Edifícios e outras construções	35 531	43 331
Equipamento básico	161 052	171 508
Equipamento de transporte	22 709	28 482
Equipamento administrativo	4 444	2 743
Outros ativos fixos tangíveis	0	2 395
Ativo intangíveis:		
Propriedade Industrial	200 000	200 000
Programas de computadores	4 000	4 000
TOTAL	427 735	452 459

27. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

Detalhe dos encargos financeiros suportados nos exercícios:

	2022	2021
Juros contraídos com empréstimos bancários	41 687	36 939
Juros contraídos em locações financeiras	428	179
Juros de mora e compensatórios	0	20
TOTAL	42 114	37 138

28. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Detalhe do imposto sobre o rendimento:

	2022	2021
Imposto estimado para o período	38 646	11 014
Imposto diferido	0	22 874
TOTAL	38 646	33 888

29. RÉDITO

Detalhe:

	2022	2021
Vendas	54 675	68 589
Prestações de serviços	5 598 065	9 186 000
Juros obtidos	0	0
TOTAL	5 652 740	9 254 589

30. SALDOS E TRANSAÇÕES ENTRE EMPRESAS DO GRUPO E ASSOCIADAS

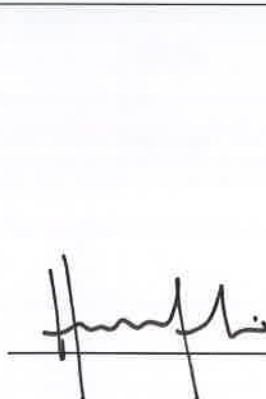
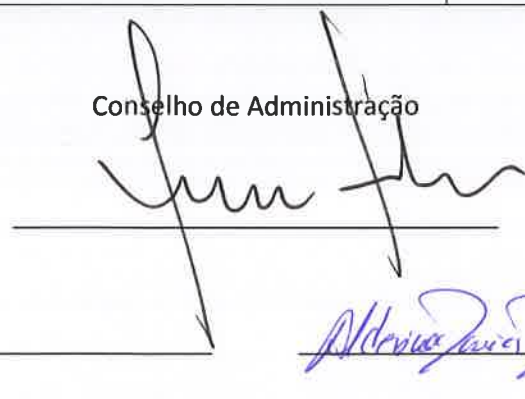
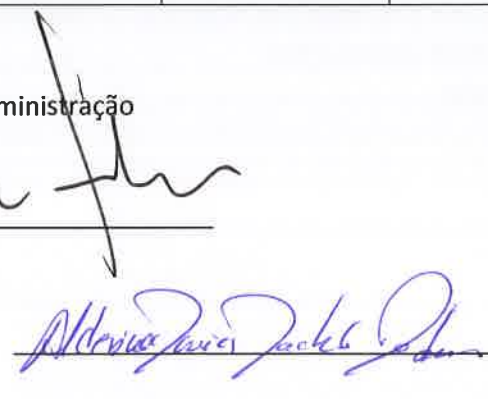
Detalhe dos saldos com associadas:

	2022	2021
Valores a receber		
Câmara Municipal de Mafra	4 674	263
SMAS	0	0
Valores a pagar		
Câmara Municipal de Mafra	0	8 418
SMAS	4 561	5 773

Detalhe das transações ocorridas com associadas:

	2022	2021
Faturas emitidas		
Câmara Municipal de Mafra	4 730 649	8 795 845
SMAS	139 213	149 368
Faturas recebidas		
Câmara Municipal de Mafra	135 951	156 013
SMAS	141 258	171 736

Conselho de Administração

Contabilista Certificado nº 85017





CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



7/11

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **GIATUL - ACTIVIDADES LÚDICAS, INFRAESTRUTURAS E RODOVIAS, E.M., S.A.** (a entidade) que compreendem o balanço em **31 de dezembro de 2022**, que evidencia um total de 9.359.304 euros e um total de capital próprio de 6.210.677 euros, incluindo um resultado líquido de 107.195 euros, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **GIATUL - ACTIVIDADES LÚDICAS, INFRAESTRUTURAS E RODOVIAS, E.M., S.A.** em 31 de dezembro de 2022, e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

A Certificação Legal das Contas referente às contas do exercício comparativo de 2021 apresenta uma ênfase que não se aplica às contas do exercício de 2022, por a situação nela referida não se aplicar a 31/12/2022, uma vez que a participação financeira indicada ter sido objeto de alienação em 2022. De seguida transcreve-se o texto da referida ênfase da Certificação Legal das Contas do ano 2021: «Conforme divulgado na Nota 6 do Anexo às demonstrações financeiras, existe uma participação financeira na empresa “Mafreduca, SA”, em 49%, a qual apresenta dificuldades económicas e financeiras. A 31/12/2020 a “Mafreduca, SA” apresentou Capitais Próprios negativos em 22.336.644 Euros. A “Giatul, EM” tem reconhecida a participação financeira por valor nulo, de acordo com o método de equivalência patrimonial, sendo convicção da Administração que desta participação não resultarão para a empresa quaisquer obrigações construtivas ou legais. Ainda relativamente à participação na “Mafreduca, SA”, chamamos a atenção para o facto de que segundo o art.º 68º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, esta deveria ter sido dissolvida ou a participação detida integralmente alienada até 6 meses após entrada

em vigor da referida Lei. Temos conhecimento que a Administração da GIATUL – Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, EM, S.A. continua a desenvolver esforços para a alienação da referida participação para cumprir o estipulado na Lei.»

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- Preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- Elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- Criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- Adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- Avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;



- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- Concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- Comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

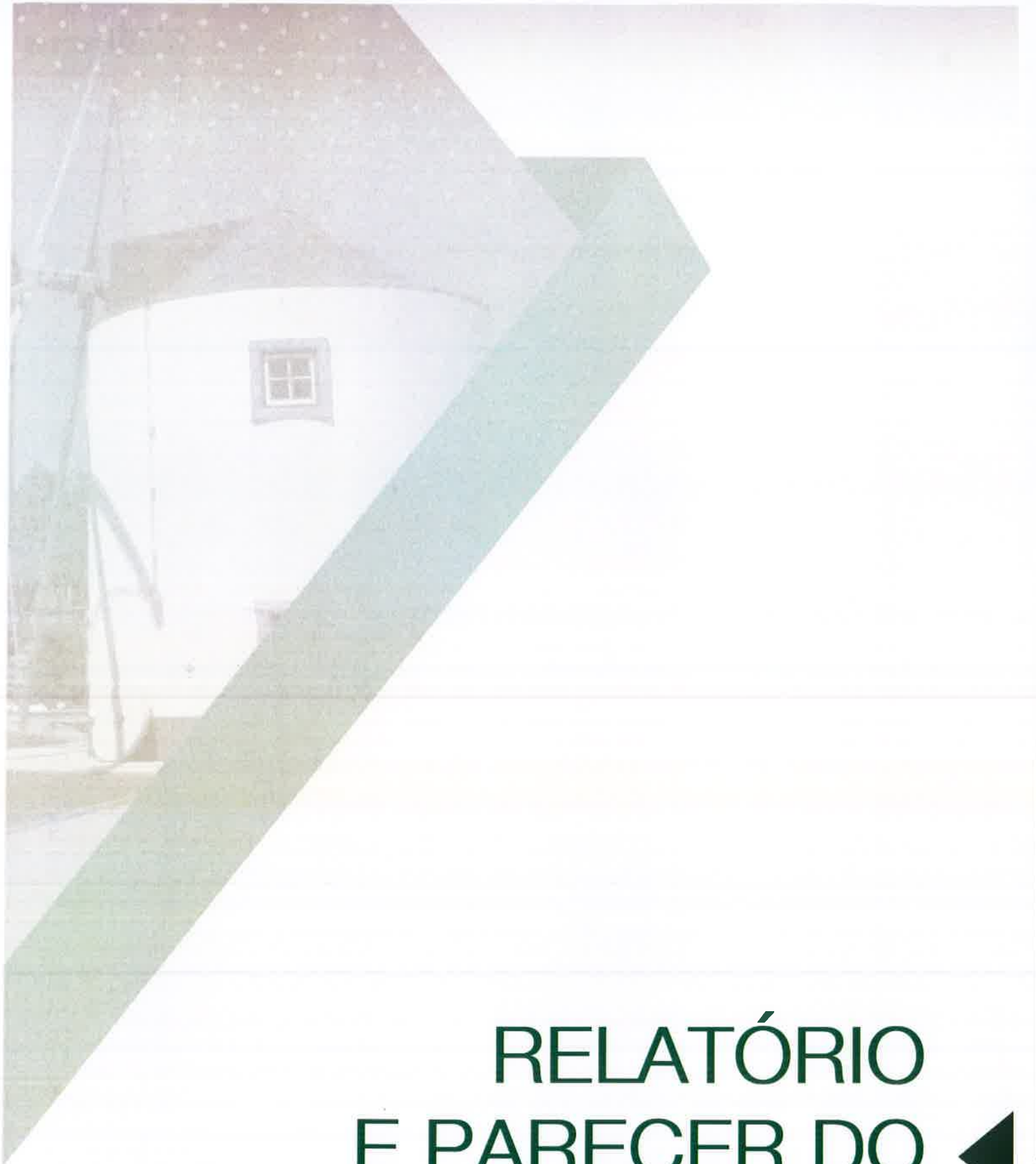
Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 22 de março de 2023

MACEDO, CALDAS & BENTO
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS Nº 190
Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob nº 20161490
Representada por

Dr. Hernâni João Dias Bento,
Revisor Oficial de Contas n.º 1167
Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob nº 20160779



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO





7

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Exmo. Acionista, da **GIATUL - ACTIVIDADES LÚDICAS, INFRAESTRUTURAS E RODOVIAS, E.M., S.A.**,

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, e no desempenho do mandato que nos conferiram, vimos apresentar o nosso relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida durante o ano de 2022 e dar o nosso Parecer sobre o relatório de gestão e os documentos de prestação das contas, que compreendem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos fluxos de caixa, a demonstração das alterações nos capitais próprios e as correspondentes notas anexas às demonstrações financeiras, referentes ao exercício findo em **31 de dezembro de 2022**, apresentados pelo Conselho de Administração.

1. No decurso do exercício acompanhámos com regularidade a atividade da entidade, com a periodicidade e extensão que considerámos adequada, nomeadamente através de reuniões periódicas com o órgão de gestão. Efetuámos uma verificação por amostragem dos registos contabilísticos e da respetiva documentação de suporte, bem como a eficácia dos sistemas de gestão e de riscos e de controlo interno. Vigiamos pela observação da lei e dos estatutos. No exercício da nossa atividade não deparamos com quaisquer constrangimentos.
2. No exercício das nossas funções verificámos que:
 - a) o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos fluxos de caixa, a demonstração das alterações nos capitais próprios e as correspondentes notas anexas às demonstrações financeiras permitem uma adequada compreensão da situação financeira da Entidade e dos seus resultados, assim como das suas alterações do capital próprio e dos seus fluxos de caixa;
 - b) o relatório apresentado pelo Conselho de Administração. exprime os principais aspetos da atividade desenvolvida pela organização e complementa as informações passíveis de serem extraídas dos documentos de prestação das contas, além de apontar algumas perspetivas da evolução previsível da Entidade; e
 - c) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados estão conforme as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e são adequadas por forma a assegurar que as mesmas conduzem a uma correta avaliação do património e dos resultados.
3. Na qualidade de Revisor Oficial de Contas, emitimos uma certificação legal das contas não qualificada, com uma ênfase, referente ao exercício de 2022, datada de 22 de março de 2023, que a seguir se transcreve:

Ênfase

A Certificação Legal das Contas referente às contas do exercício comparativo de 2021 apresenta uma ênfase que não se aplica às contas do exercício de 2022, por a situação nela referida não se aplicar a 31/12/2022, uma vez que a participação financeira indicada ter sido objeto de alienação em 2022. De seguida transcreve-se o texto da referida ênfase da Certificação Legal das Contas do ano 2021: «Conforme divulgado na Nota 6 do Anexo às demonstrações financeiras, existe uma participação financeira na empresa “Mafreduca, SA”, em 49%, a qual apresenta dificuldades económicas e financeiras. A 31/12/2020 a “Mafraeducu, SA” apresentou Capitais Próprios negativos em 22.336.644 Euros. A “Giatul, EM” tem reconhecida a participação financeira por



valor nulo, de acordo com o método de equivalência patrimonial, sendo convicção da Administração que desta participação não resultarão para a empresa quaisquer obrigações construtivas ou legais. Ainda relativamente à participação na “Mafreduca, SA”, chamamos a atenção para o facto de que segundo o art.º 68º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, esta deveria ter sido dissolvida ou a participação detida integralmente alienada até 6 meses após entrada em vigor da referida Lei. Temos conhecimento que a Administração da GIATUL – Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, EM, S.A. continua a desenvolver esforços para a alienação da referida participação para cumprir o estipulado na Lei.»
A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

4. Somos do parecer que a proposta de aplicação dos resultados apresentada pelo Conselho de Administração não contraria as disposições legais e estatutárias aplicáveis.
5. Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e serviços da Entidade, bem como as conclusões constantes da certificação legal das contas, somos do Parecer que:
 - a) Sejam aprovados o relatório de gestão assim os documentos de prestação das contas, apresentados pelo Conselho de Administração;
 - b) Seja aprovada a proposta de aplicação dos resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Por último, pretendemos expressar ao Conselho de Administração e aos serviços da Entidade o nosso reconhecimento pela disponibilidade, colaboração e competência sempre manifestadas.

Lisboa, 22 de março de 2023

O Fiscal Único

MACEDO, CALDAS & BENTO
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS N.º 190
Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob n.º 20161490

Representada por

Dr. Hernâni João Dias Bento,
Revisor Oficial de Contas n.º 1167
Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob n.º 20160779

